

ANDERSON, P. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015

**Raquel Oliveira Silva<sup>1</sup>**

Obra recente do historiador inglês Perry Anderson, *A política externa norte-americana e seus teóricos* é resultante de uma série de ensaios produzidos durante um ano no Instituto de Estudos Avançados, em Nantes, tendo sido publicados pela primeira vez na revista *New Left Review*. Este trabalho concentra-se numa análise do sistema imperial norte-americano desde os anos finais da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. Trata-se de um estudo crítico da forma pela qual o governo estadunidense construiu, a partir da década de 1940, uma hegemonia sobre as demais regiões do planeta, valendo-se de aparatos políticos, militares e institucionais. Nesse livro, Anderson também examina o discurso de teóricos integrantes do aparelho de Estado no sentido de fomentar o imperialismo ianque.

A obra é dividida em duas partes, denominadas “Império” e “Conselho”. Em “Império”, o autor não se limita a um período restrito do processo de expansão norte-americana, pois aborda um amplo recorte temporal, que vai da Segunda Guerra até a Guerra ao Terror. Além disso, o historiador inglês evita se ater a um espaço geográfico específico, optando por focar o imperialismo dos Estados Unidos tanto em países da Europa como da Ásia e América Latina.

Segundo Perry Anderson, antes mesmo de 1945, já havia nos Estados Unidos um conjunto de condições singulares que favorecia a construção de um sistema imperial. Dentre essas características, o autor cita uma economia de colonização livre de resquícios feudais, um território protegido por dois oceanos, a ideia de nação imbuída de uma predestinação sagrada e a crença de

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

que a liberdade eterna era intrínseca à república norte-americana. Para o historiador inglês, a combinação desses quatro fatores embasara a convicção dos fundadores da nação estadunidense, como Thomas Jefferson, de que o país atuaria como um líder natural para o restante do planeta.

O autor identifica o presidente Woodrow Wilson como o responsável por uma mudança na política externa norte-americana, conferindo um tom messiânico ao discurso imperial com uma intensidade sem precedentes. O afã hegemônico de Wilson teria levado os Estados Unidos à Primeira Guerra Mundial, sob a alegação de que era necessário ao país cumprir seu papel de salvar o mundo.

Já em relação à Segunda Guerra Mundial, todas as suas prováveis consequências desagradavam os planos de Washington. Não era desejável o êxito de Hitler, nem uma vitória britânica que favorecesse a libra, muito menos uma hegemonia soviética. Nesse sentido, os técnicos de planejamento do presidente Franklin Roosevelt estabeleceram duas prioridades de longo prazo: o mundo deveria ser transformado em um lugar seguro para o capitalismo em geral e, dentro do mundo capitalista, os Estados Unidos deveriam reinar supremos. Ao fim da guerra, o país dispunha de um território intacto, uma economia três vezes maior que a da União Soviética e cinco vezes maior que a da Grã-Bretanha.

A partir de então, de acordo com Anderson, a prioridade ianque passou a ser ganhar aquilo que se transformou na Guerra Fria, período em que se destacou a figura do diplomata George Kennan. Nos primeiros anos do pós-guerra foi criada a Lei de Segurança Nacional, com o objetivo de combater a subversão. Abaixo da segurança, estava a democracia. Assim, contra a ameaça totalitária do comunismo, deveria ser protegido um mundo livre, inspirado na liberdade norte-americana. O autor ressalta que, internamente, a religião também foi usada como um componente ideológico para convencer os norte-americanos da missão nacional de resguardar a liberdade para as gerações futuras.

Em “Império”, Perry Anderson também analisa os estudos sobre o moderno imperialismo norte-americano. O autor cita como exemplos os teóricos da escola de Wisconsin, fundada por William Appleman Williams, nos anos de 1950, que desenvolveram uma historiografia crítica do império. Já para

o liberalismo da época, foi a necessidade de segurança que impôs as regras da política externa norte-americana, ideia defendida pelo teórico John Lewis Goddis.

A partir da década de 1980, foram empreendidas investigações com uma visão crítica da atuação dos Estados Unidos, em duas frentes: na Europa, no início da Guerra Fria, e suas intervenções subsequentes no chamado Terceiro Mundo. A política externa norte-americana passou a ser considerada por esses teóricos como excessiva e desnecessariamente agressiva. Para o historiador inglês, esses estudos contribuíram para a ampliação e aprofundamento gerais da historiografia da Guerra Fria, possível graças à abertura dos arquivos soviéticos e chineses.

Perry Anderson discute, ainda, as tarefas mais urgentes para os estrategistas do pós-guerra em Washington. Tratava-se de proteger os flancos industrializados da Eurásia contra o comunismo e construir uma capacidade de ataque superior e um conjunto de anteparos estratégicos contra a União Soviética. O primeiro desafio a ser vencido estava no Extremo Oriente, onde, apesar de terem descarregado mais explosivos do que em toda a Segunda Guerra e promoverem guerras e torturas, os Estados Unidos não conseguiram vencer a Revolução Vietnamita. A derrota na Indochina teria sido contrabalançada na Indonésia, cuja ditadura recebeu apoio de Washington a fim de varrer o comunismo em 1965, época em que os Estados Unidos faziam o mesmo no Brasil.

O segundo desafio era o Oriente Médio, que tinha uma modesta influência do comunismo, mas apresentava uma preocupante proximidade com a União Soviética e continha as maiores reservas de petróleo do planeta. Já a América Latina, de parceira dos negócios e da diplomacia dos Estados Unidos (com exceção de Perón na Argentina), passou a ocupar o topo da agenda da Guerra Fria com a eclosão de movimentos guerrilheiros inspirados pela Revolução Cubana. Em 1964, os militares brasileiros promoveram o primeiro dos golpes contrarrevolucionários sobre as principais sociedades deste continente. As guerrilhas, os movimentos populares e os partidos socialistas e comunistas foram esmagados por ditaduras militares que contaram com o apoio ianque.

Além do mais, Perry Anderson aborda o que ele chama de batalha da última década da Guerra Fria: os embates no Afeganistão e no Irã. Ao fim desse

período, os Estados Unidos ficaram sozinhos como uma superpotência. Mas ainda havia outros obstáculos a serem transpostos. O regime nacionalista de Baath, liderado por Saddam Hussein, embora tivesse recebido ajuda da CIA para chegar ao poder, não permitia a operação de petrolíferas estrangeiras em seu território, nem o controle norte-americano de suas decisões. No Oriente Médio, o apoio norte-americano às tiranias árabes dinásticas, desde que acomodassem os interesses dos Estados Unidos, era algo habitual, diferenciando-se pelo vínculo ianque com Israel.

*A política externa norte-americana e seus teóricos* é um livro bastante atualizado, pois o autor discute inclusive o governo Barack Obama, fazendo críticas ácidas à postura do presidente, o qual, desde a sua posse na Casa Branca em 2009, tem repetido e ampliado as práticas expansionistas de seus antecessores. Perry Anderson ressalta a contradição segundo a qual, apesar de ter ganhado o Prêmio Nobel da Paz, Obama intensificou a guerra no Paquistão, liberando assassinatos por drones dez vezes mais do que George W. Bush e premiando torturadores com a impunidade. Esses dados levam à conclusão de que a eleição de um presidente negro e democrata não trouxe mudanças significativas em relação à política externa do país, a não ser o recrudescimento do imperialismo desenvolvido há décadas.

A segunda parte do livro, “Conselho”, foca no pensamento atual dos estrategistas norte-americanos. Para Anderson, os elementos argumentativos da política externa, desde a época de Bill Clinton, retornam a um conjunto de desafios a serem superados, como a ameaça de terrorismo e a ascensão de potências do Oriente. Embora a intensidade desses riscos variassem conforme o estrategista analisado — o autor classifica Walter Mead e Robert Kagan como otimistas, Michael Mandelbaum e Charles Kupchan como preocupados, e Zbigniew Brzezinski como alarmista —, é comum a todos a liderança norte-americana como um valor axiomático.

Devido à sua natureza ensaística, *A política externa norte-americana e seus teóricos* possui uma larga abrangência temporal e geográfica. A primeira parte, “Império”, revela-se a mais acessível para o público brasileiro, por apresentar uma ampla reflexão sobre a expansão da política externa norte-americana, em diferentes regiões do mundo, a partir da Segunda Guerra Mundial até nosso tempo presente, além de se debruçar sobre o pensamento dos teóricos que

influenciaram a postura dos governos ianques ao longo desse período. O que pode dificultar um pouco a apreciação deste trabalho, em sua segunda parte, é o fato de o historiador inglês fazer referência a nomes pouco familiares para os leitores brasileiros. Assim, talvez seja necessário ao leitor menos familiarizado alguma pesquisa preliminar para uma compreensão do texto suficientemente proveitosa. No mais, *A política externa norte-americana e seus teóricos* é um estudo crítico e atualizado, mostrando-se fundamental à compreensão da geopolítica vigente.